

APB E O PAPEL DA MULHER NA EDUCAÇÃO

RAFAEL REIS PEREIRA BANDEIRA DE MELLO

***Mestre UERJ**

O presente trabalho tem como objetivo enfatizar a proposta de Educação defendida pelo Apostolado Positivista do Brasil, no final do século XIX. Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, então líderes da instituição, participaram ativamente do debate intelectual sobre um modelo educacional adequado ao país. A mulher, dentro da proposta educacional do APB, tem o papel central ao ser "escolhida" como responsável pela educação primária. A escola formal, não corresponde para APB ao único local de aprendizagem. A educação doméstica é vista como crucial na formação do indivíduo. Os costumes determinariam a diferença de civilização entre os países, e a boa educação caberia à superioridade moral de mulher. Assim o APB determinava o papel feminino na sociedade como de educadora do lar. A mulher seria também o símbolo do altruísmo, responsável pelo desenvolvimento de todos os seres humanos na origem. O lar o local ideal para o ensino dos 7 aos 14 anos. O homem como chefe de família deveria com seu salário sustentar a esposa e os filhos.

Trajetória de fundação e militância do APB na educação

Quando membros da primeira Sociedade Positivista do Brasil, na qual figurou Benjamin Constant dentre outros positivistas da época que assinaram o documento de fundação, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes ainda tendiam a interpretar o positivismo sob a ótica de Littré. Porém, depois da viagem a Paris em 1877, onde concluiu o curso politécnico, Miguel Lemos mudou sua orientação, tornando-se adepto do positivismo ortodoxo influenciando o amigo a tomar o mesmo rumo.

Em 1879, foi criada a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Dois anos depois, no dia 11 de maio, Joaquim Ribeiro de Mendonça renunciou à presidência da Sociedade, que passou a ser dirigida por Miguel Lemos. Este, ao assumir o cargo, transformou a instituição em Igreja Positivista do Brasil, a vice-direção passou a ser exercida pelo amigo Raimundo Teixeira Mendes. No final do Império, o Apostolado Positivista militou incessantemente em favor da abolição e do regime republicano.

Após a Proclamação da República, em 1889, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes lideraram o Apostolado Positivista com a ambição de tornar a instituição intervencionista no governo republicano. Procuraram por intermédio dos políticos simpatizantes do positivismo, que integravam o governo, induzir o rumo do novo regime. Lutaram por uma República de manutenção das bases sociais, em que qualquer solução revolucionária fosse rejeitada, para isso, era necessária a implantação de uma Ditadura Republicana que garantisse o consenso, congregando diferentes liberdades. A liberdade de ensino de forma laica, e compatível com a separação entre Igreja e Estado defendida pelos positivistas, era um ponto crucial na política defendida pelos líderes do Apostolado Positivista.

A doutrina positivista fornecia um ideário necessário, para a afirmação de uma pequena burguesia emergente, na transição da Monarquia para República. O positivismo no Brasil já vinha sendo disseminado rapidamente em instituições de ensino, como na Escola Militar e na Escola Politécnica, ambas na cidade do Rio, corte imperial e depois capital republicana. O intercâmbio, entre estudantes dessas instituições com os membros da Escola Politécnica francesa, contribuiu decisivamente para o contato de intelectuais brasileiros com a doutrina de Augusto Comte.

Como ressaltou Ivan Lins, alguns brasileiros frequentaram na Escola Politécnica da França os cursos de Augusto Comte, sendo três ainda seus alunos particulares, como, por exemplo, José P. d' Almeida que, segundo Lins, “(...) figura na lista dos discípulos particulares de Comte desde janeiro de 1837, com o pagamento mensal de 80 francos” (LINS, 2009, p. 27).

O positivismo cresceu de forma bastante fragmentada no Brasil. A disseminação das ideias não pode ser identificada como uma simples importação de modelos. (Alonso, 2002) mencionou a influência das correntes de pensamento surgidas na Europa no século XIX sobre os intelectuais brasileiros da geração de 1870, incluindo aí o positivismo de Augusto Comte. Os dois grandes líderes da ortodoxia positivista na transição da Monarquia para a República, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, foram destacados.

Sob a direção de Miguel Lemos, o Apostolado engajou-se na defesa da implantação de uma nova ordem conservadora no Brasil. A ação da instituição estava voltada a promover a formação de um Estado-nação de cunho autoritário, que seria a base de uma nova ordem social. A teoria positivista fornecia subsídios para que a nova ordem viabilizasse a transição da fase católica, feudal, monarquista e militar para uma sociedade moderna, republicana, industrial e positiva. O Estado seria o planejador da economia agindo como mecanismo social de regulação da acumulação de capital.

Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, antes de se tornarem adeptos do positivismo e líderes da Igreja Positivista no Brasil, já haviam se colocado ao lado do Partido Republicano quando este ainda estava se organizando. Unidos, a princípio, pelos ideais de liberdade e república, e posteriormente pela adoção ao positivismo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram expulsos da Escola Politécnica, em 1876, por escreverem um artigo contra o Visconde do Rio Branco, então diretor da instituição. Neste artigo, criticaram o ensino e a forma como eram escolhidos os mestres da Politécnica. Tal ocorrido já mostrava um posicionamento político de ambos apropriando-se de argumentos doutrinários do positivismo, essa postura esteve presente nas propostas educacionais do APB.

Com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, iniciou-se um período de reforma do ensino. No ano de 1890 foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o primeiro dedicado à educação, do qual foi ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães o que lhe rendeu maior destaque entre os positivistas no campo da educação. Isso não quer dizer que Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes tratassem do tema de forma secundária na liderança do Apostolado, pois, desde os últimos anos do Império, vinham defendendo a liberdade de ensino como fundamental elemento dentro das liberdades

necessárias para se aplicar o desejo do Apostolado de implantar uma ditadura republicana no Brasil.

A concepção de educação do Apostolado Positivista do Brasil tinha como elemento importante a defesa de uma escola laica. O então ministro da Instrução Pública e positivista Benjamin Constant, não por acaso, proibiu o ensino religioso em estabelecimentos públicos de instrução leiga em agosto de 1890, e suprimiu a cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos de Recife e São Paulo em novembro de 1890.

Os líderes do Apostolado Positivista exigiam dos membros da instituição não exercer funções didáticas nos estabelecimentos oficiais de ensino superior e secundário. Tal impedimento pode ter sido o grande empecilho para que o Apostolado tivesse uma intervenção mais forte nas questões educacionais brasileiras. A exceção ficava por conta das escolas destinadas a preparar os professores primários, onde os apóstolos deveriam atuar orientando que a escola primária era uma usurpação da função materna, devendo servir apenas como auxiliadoras.

Para o APB, dos 7 aos 14 anos os estudos deveriam se tornar regulares, porém, dirigidos pela mãe com predominância da criança no ambiente doméstico. A vida doméstica deveria assumir o papel mais importante do que o ensino primário, sobretudo em relação ao seu caráter obrigatório (MENDES.v.n 27, 1902).

O Apostolado Positivista, impedido de uma ação direta, usou como arma de intervenção na educação o mesmo artifício usado na política, que foi a palavra escrita (CARVALHO,1990, p.129). Tal ação não se caracterizou apenas por publicações de livros, folhetos, cartas e artigos em jornais, mas inclusive propondo mudanças ortográficas. A ortografia positiva consistia em simplificar e uniformizar a ortografia oficial, condenada pelo Apostolado.

No folheto intitulado: *Aviso sobre algumas modificações do nosso sistema ortográfico*. As propostas para alteração da ortografia, segundo Miguel Lemos, consistiam em "(...) empregar a nossa ortografia positiva que mesmo assim modificada, conserva sua principal eficácia, que consiste em simplificar e uniformizar da melhor maneira a condenada ortografia atualmente em uso."(LEMOS, 1890, p.1). O Apóstolo destacava que na França uma

reforma ortográfica também estava em curso, e que no Brasil os "primitivos" e "sabichões" indígenas após a sonhada reforma: "(...) começarão então a achar utilíssimo, racional e sério o mesmo que hoje julgam desnecessário, absurdo e ridículo." (LEMOS, 1890, p.2). A simplificação da língua portuguesa era coerente com a críticas dos positivistas do APB a um estudo rigoroso da escrita na escola primária. Sob a tutela da mãe a prioridade deveria ser o desenvolvimento da boa prática moral da criança.

Para o Apostolado, a educação auxiliava na formação de novos padrões morais e intelectuais, "(...) visando à construção de uma unidade nacional em torno do projeto republicano" (SILVA, 2008, p. 7). A ciência positiva seria o alicerce da reforma educacional para se estabelecer uma nova ordem, reorganizando o saber. As mulheres e os proletários, que representavam a sabedoria natural, teriam um importante valor para constituir a harmonia social.

O APB atribuiu à origem das lutas modernas entre patrões e operários o egoísmo de ambos. "Nesse prisma regenerar a pátria consistia oferecer condições de vida à maioria das famílias, oferecendo a elas garantias de se auto-reproduzirem, isto é, com salário justo, saúde, alimentação, moradia e tratamento adequado" (SILVA, 2008, p.79).

Augusto Comte tinha a crença inabalável na ciência como provedora do progresso com a colaboração de um projeto de educação para obtenção de resultados neste sentido. A escola primária gratuita foi projetada no quadro mais amplo da educação popular, chamada por Comte de "proletária". Para o mentor do positivismo, a educação popular deveria ser, na verdade, a única de que os governantes deveriam se encarregar, desvinculando-se de projetos ligados ao ensino universitário (BOSI. 1995, p. 301). O Estado deveria cuidar da educação fundamental do povo e se abster de concorrer para a proliferação de falsos doutores, que para Comte, "(...) engrossariam as fileiras da pedantocracia" (BOSI. 1995, p. 301).

No Brasil, não por coincidência, as estatísticas mostram que o Rio Grande do Sul castilhistas e borgistas (fortemente influenciado pelo positivismo) dedicou maior atenção à escola primária e ao ensino técnico-profissional, que figuravam com recursos consideráveis no orçamento. "Por outro lado, a mesma política republicana, fiel à doutrina, dispensava a

exigência de títulos aos cidadãos que pleiteassem o exercício de qualquer profissão liberal, o que retardou a criação de instituições estatais de ensino superior” (BOSI, 1995, p. 301).

A oposição à criação de universidades, sustentada pelo Apostolado, estava atrelada a um incidente pessoal na vida de Comte. O pensador francês determinava que o estado positivo deveria acabar com a pedantocracia do academicismo. “(...) A. Comte fora eliminado da Escola Politécnica de Paris em seguida a um incidente entre professores e alunos, no qual ele tivera atuação saliente” (TORRES, 1957, p. 195), e sua rivalidade com acadêmicos dificultou seu ingresso na carreira pedagógica. Com isso, o pensador rompeu com a ideia de tentar o magistério pela Politécnica da França e passou a defender a não intromissão do *poder temporal* sobre o *poder espiritual* no ensino. Seguindo o preceito de Comte de que a educação estaria a cargo da Igreja da Humanidade na fase positiva, e com a ideia otimista de que o advento da República sinalizaria a proximidade de tal fase, o Apostolado Positivista marcou oposição à criação de universidades.

Em 1882, o Apostolado interveio contra a criação de uma universidade pelo ministério Saraiva. O projeto da Universidade D. Pedro II, desejada pelo imperador, implantaria uma faculdade de teologia e nenhum curso de filosofia, o que gerou muitas críticas entre os intelectuais da época. Teixeira Mendes publicou uma série de artigos¹ no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1882, engrossando a crítica ao projeto do governo imperial, que acabou não sendo concretizado.

A ideia da criação de uma universidade, como ressaltou José Ricardo Pires de Almeida, “(...) afirmou-se a partir de 1835 e fez parte do programa de cada ministério” (ALMEIDA, 2000, p. 123). Em 1882, o Apostolado interveio contra a criação de uma universidade pelo ministério Saraiva.

Dentre as críticas de Teixeira Mendes, vale ressaltar a de que a universidade no Brasil seria um local de fabricação de doutores das famílias mais bem afortunadas, enquanto os

¹ Cf. Raimundo Teixeira Mendes, *A Universidade*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1883.

operários continuariam a trabalhar. Mendes defendia, assim, a política de incorporação do proletariado na sociedade.

Mendes criticara ainda as universidades como “(...) instituições decadentes e um dos maiores obstáculos a toda livre tentativa de reorganizações espirituais” (MENDES, 1883, p. 97). Além disso, afirmou que a universidade no Brasil não era uma necessidade real, e que as escolas superiores já existentes dariam conta de satisfazer às necessidades profissionais da população. Mendes considerava também que a universidade formaria um pequeno número de privilegiados, não resolvendo o verdadeiro problema da “instrução popular”.

No folheto intitulado *Ainda contra a obrigatoriedade de ensino*, Miguel Lemos afirmava que “(...) em matéria de ensino não se deve aceitar nenhuma imposição, senão a que resulta da livre adesão de cada um às doutrinas em circulação, e o Estado não pode impor mestres nem doutrinas, como não impor padres em religião” (MENDES, 1890, p. 1-2). O líder do APB reiterava a liberdade de ensino como um caso particular de liberdade religiosa. A imposição de um sistema de ensino às famílias era considerada pelo mesmo uma “pretensão pedantocrática”. Para o diretor do APB, a mãe iria conduzir, pela "educação doméstica", o filho a sentir o encanto da existência humana, purificando-o de seus instintos egoístas.

João Carlos ressaltou que aos olhares do APB, “(...) o proletariado era essencialmente positivista, necessitando tão somente de uma formação complementar, oferecendo saberes acerca do desenvolvimento e da sistematização relativos à família, à pátria e à humanidade” (SILVA, 2008, p. 79). Tal preocupação do APB demonstrava que a extensão do ensino público para as classes populares era prioritária na política educacional.

O investimento na “educação proletária” pelo APB não era o caminho a ser trilhado por meio de uma revolução popular, sobre isso destaca João Carlos que:

(...) A propaganda em favor da República e do abolicionismo não era dirigida aos escravos. Estes deveriam aguardar pacientemente nas senzalas, os entendimentos a serem feitos pelas elites. Visava atingir diretamente as classes dominantes, como os proprietários, os profissionais liberais e o parlamento, acerca da necessidade de modernizar as suas idéias e romper com a concepção do trabalho escravo. O objetivo era sobretudo, evitar, de toda forma, uma saída revolucionária (SILVA, 2008, p. 80).

Oferecer condições dignas de sobrevivência ao trabalhador teria como contrapartida sua obediente passividade, o Estado seria o garantidor dessa ordem, contribuindo na educação do trabalhador. A política moral e cívica deveria ser incluída na formação profissional da família proletária.

O Apostolado Positivista teve opinião contrária à reforma de ensino de Constant, por entender que a política intervencionista do ministro não respeitava a defendida liberdade de ensino. Miguel Lemos destacou, após a morte de Constant, que as glórias do ex-ministro não estavam vinculadas a um “(...) reformador ilusório de um ensino condenado pela própria doutrina em cujo triunfo futuro ele acreditava, mas o glorioso e magnífico Fundador da República Brasileira” (LEMOS, 1890). A crítica foi referente as reformas políticas no ensino marcaram sua atuação de Constant como Ministro da Guerra e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Teixeira Mendes elucidou a importância dada à educação doméstica na transição para tão sonhada fase positiva, de acordo com a doutrina positivista, da seguinte forma: “A transição ocidental, que é só que fará prevalecer por toda parte a educação doméstica sobre a instrução pública.” (MENDES, 1908, p.1)

Para destacar a forma com que o Apostolado Positivista apropriou-se do pensamento de Comte em prol dos interesses políticos, (ALONSO, 2002) usou o conceito de “repertório”. Os intelectuais estudados por Alonso (entre os quais estão incluídos Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes) adotavam critérios políticos de seleção ao se apropriarem de doutrinas filosóficas surgidas na Europa. A forma com que buscavam subsídios para desvendar linhas mais eficazes de ação política contribuiu para a criação de um repertório.

Superioridade Moral da mulher

O projeto de educação do APB, portanto, reafirmava o papel da mulher como educadora do lar, indiretamente percebe-se que o homem nesse contexto deveria trabalhar fora de casa.

(...) o estado mental do indivíduo era atribuído à precariedade das próprias instituições, entre elas as empresas, a Igreja, a família e as instituições educacionais. Preconizava-se a realização de uma ampla reforma, começando pelo

regime político, passando por todas as instituições, especialmente a família, para atingir a mente dos indivíduos" (SILVA, 2008, p. 94).

A mulher seria também o símbolo do altruísmo, responsável pelo desenvolvimento de todos os seres humanos na origem. O lar o local ideal para o ensino dos 7 aos 14 anos. O homem como chefe de família deveria com seu salário sustentar a esposa e os filhos. No entanto, o privilégio das mulheres contrastava com uma posição submissa que lhes era atribuída. Isso se mostrava claro no seu papel de doméstica, mesmo com o reconhecimento de seu valor moral por Comte. "Cabia à mãe desenvolver na criança os primeiros ensinamentos sobre a compaixão, a liberdade, o altruísmo e a afeição. Portanto, a mãe tornasse um dos principais agentes na educação, pois é ela quem está presente nos primeiros anos da criança." (SILVA, 2008, p. 120).

Segundo Comte a mulher corresponde a um ser humano de inteligência inferior que tinha, como contrapartida, a superioridade moral fundamental para educar a população estimulando a convivência fraterna entre as classes. A compaixão com o próximo que a mulher transmitiria para a criança, ajudaria na ótica do APB a entender e respeitar a hierarquia. "(...) Na evolução da espécie humana, a mulher tornou-se um ser menos egoístas, mais sóbria, com baixo instinto sexual, capaz de sacrificar-se à grosseria do homem e de perdoar erros, sendo fundamentalmente pura." (SILVA, 2008, p. 120).

Segundo Teixeira Mendes "(...) o sexo feminino tem maior aptidão para modificar o meio material, e o sexo feminino tem mais aptidão para modificar a própria natureza humana (MENDES, 1911a, p. 45). A sua função é, portanto, formar os homens, necessitando, para tanto, de uma formação completa. Mendes afirmou também a ação política do APB em defesa da valorização educação doméstica no Império: "Desde os tempos do Império que declaramos estar dispostos a não admitir a ingerência do Estado, sob qualquer forma, na educação e na instrução que julgamos dever dar aos nossos filhos e aos que estiverem sob nossa solicitude doméstica." (MENDES, 1908, p.2)

Marcando fileiras contra o divórcio o APB fazia questão de ressaltar que o casamento não era um contrato social e sim uma união fundamental (cívica e religiosa). Esse caráter sagrado e cívico da formação da família tinha na mulher sua garantia. Segundo Lemos, "(...)

Urge que a pátria sancione a associação doméstica independentemente das crenças religiosas de cada cidadão, e só exigindo a soma da moralidade que resulta de nossa evolução nacional." (LEMOS, 1887, p. 14) O homem para Lemos deveria contar com maior número possível de "influências femininas puras" para ajudar na superação de sua natureza egoísta.

Miguel Lemos enviou um ofício, no dia 06 de fevereiro de 1890, ao então Ministro do Interior pedindo a anulação do regulamento instituído pela Intendência Municipal para o serviço doméstico. Os argumentos foram a defesa da liberdade de profissões e a luta contra o "(...) egoísmo dos patrões" (LEMOS, 1890, p.2). Qualquer intervenção do Estado no lar onde deveria predominar as escolhas da mulher seria mal recebida pelo APB. "O ensino deve continuar a ser, como sempre foi, uma função cuja superintendência compete aos pais, e especialmente as mães."(MENDES, 1908, p.4)

Os sentimentos altruístas deveriam estar acima da cultura letrada no processo educacional, ao defender essa ideia o APB buscava atingir os letrados que queriam intervir na educação primária. "Nota-se, enfim, que não são os analfabetos que oferecem os maiores criminosos. Todos os dias estamos presenciando os atentados de todo gênero, tanto nos crimes comuns, como nos crimes políticos, praticados pelos pseudo-instruídos e diplomados." (MENDES, 1908, p.6) Os princípios morais e lógicos tidos como essenciais pelo APB não estariam sendo respeitados por tais letrados, "(...) que critério tem o Governo para tornar-se o tutor dos pais e das mães de família, impondo-lhes as doutrinas, os métodos, os livros, e os mestres que o mesmo governo preferir?" (MENDES, 1908, p.6)

A educação para o APB era, portanto, um elemento crucial de uma proposta de processo civilizatório para o Brasil. A República seria a esperança de uma nova ordem em que as mentes deveriam ser orientadas a enxergar a predominância católica e rural do Império como algo a ser superado. A educação garantia para os "apóstolos da humanidade" a ordem, perante, qualquer ameaça anárquica do processo de transição entre Monarquia e República e no decorrer do novo regime.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee. *Actos e actas do Governo Provisório*. Brasília: Ed. Senado Federal, 1998, 402p.

ALMEIDA, José, de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889); História e Legislação*. Trad. Antonio Chizzoti; São Paulo: Educ, 2000, 334p.

ALONSO, Alonso. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002. 392 p.

ARAGÃO, Raimundo, Moniz, de. *A instrução Pública no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1985, 104p.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo o ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Ed. Loyola, 1980, 260p.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 78p.

BENOIT, Lelita, Oliveira. *Sociologia Comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, 800p.

CARVALHO, José, Murilo, de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

CARTOLANO, Maria. *Benjamin Constant e a instrução pública no início da República*. Tese de Doutorado Campinas/ SP. UNICAMP/1994. 288p.

CASTILHOS, Júlio, De. *O pensamento político*. Org. por Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Siva e Gervásio Rodrigo Neves. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003, 150p.

CORDEIRO, J. M; FIGUEIREDO, A; VILLARES, D. *Projecto de reforma no ensino das artes plásticas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

GIANNOTTI, José. *Os pensadores*. In: *Discurso sobre espírito positivo*. COMTE, A. São Paulo: Abril cultural, 1978, 318p.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 320p.

LEMOS, Miguel. *O Apostolado Positivista no Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1º circular anual (1881)

_____. *Projeto de casamento civil* (carta à S. Ex. o Sr. Ministro do Império) 2º Edição. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1887.

_____. *Ao povo e ao governo da República*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1889.

_____. *Ofício de Miguel Lemos ao Ministro do Interior Aristides Lobo*. 22 de Janeiro de 1890.

_____. *Constituição sem constituinte*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *Aviso sobre algumas modificações do nosso sistema ortográfico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *O positivismo e a atual direção política do governo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *A liberdade de profissões e o regulamento para o serviço doméstico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *A obrigatoriedade de ensino*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *O novo código de posturas municipais*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890.

_____. *Benjamin Constant e as reformas da instrução pública*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Ed, Topbooks, 1999. 572p.

_____. “Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo [p. 207-215]”. In: Marta de Almeida e Moema de Rezende Vergara (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008. Textos organizados originalmente para as mesas-redondas do seminário História das Ciências no Brasil, realizado em 2006, comemorativo dos 21 anos do MAST.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, 661p.

_____. *História do positivismo no Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2009, 874p.

MENDES, Raimundo Teixeira. *A incorporação do proletariado na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil. 1890

_____. *A Universidade*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1883.

_____. *A propósito da agitação republicana*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1888.

_____. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1891-1894, 2v.

_____. *Ofício de Raimundo Teixeira Mendes ao Ministro da Agricultura*. 22 de janeiro de 1890.

_____. *Ainda contra a obrigatoriedade de ensino*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890.

_____. *Ainda contra o ensino obrigatório*, Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908.

PAIM, Antônio. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, 108p.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*, 2º edição, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, 141p.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I república*. Revista Brasileira de História, vol. 21, número 041. Associação Nacional de História. São Paulo: 2001, pp. 113-126.

SILVA, João Carlos da “*O Amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim*”: *As propostas do Apostolado Positivista para a educação brasileira (1870-1930)*. Campinas: Tese de doutorado/Unicamp, 2008.

_____. *Educação e positivismo no Brasil: Arquivos e fontes para a pesquisa*. Estudo articulado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR/UNICAMP-GT Cascavel. 18p.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Positivismo no Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes, 1957, 279p.